

**ATA DO FÓRUM DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS (CMDH).** Aos quinze dias do mês de agosto, às 19 horas, reunirão-se na Casa dos Conselhos, Rua 1822 n. 1510, centro de Balneário Camboriú, entidades e demais interessados para participar do primeiro fórum municipal de entidades não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos Humanos de Balneário Camboriú. O encontro foi aberto pela diretora da Casa dos Conselhos, Ketlin da Rosa Talevi que deu boas vindas a todas e a todos e explicou como ocorreu o processo eleitoral, reforçando que em virtude de ser a primeira gestão deste conselho, a comissão eleitoral foi formada e conduzida pela Casa dos Conselhos juntamente com o representante da OAB (entidade nata), Wagner da Rosa e a representante da Secretaria de Educação como membro governamental, Márcia Sartori. Em seguida passou a palavra para o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da sub-seção de Balneário Camboriú, Wagner. O representante que é membro da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, conduziu um bate papo sobre o tema, explanando os pilares que conduzem os direitos humanos, explicando que é preciso resgatar esse tema que caiu no senso comum. Para isso o conselheiro Wagner fez um breve resgate histórico dos direitos humanos e sua consolidação. Wagner propõe que como conselheiros haja um dócil embate em prol dos direitos humanos. A integrante Marisa disse que como proponente da Lei, é importante olhar o local que a gente mora pois muitas vezes não conseguimos atuar em nosso sistema. Lembrou que antes das discussões da criação do conselho, houve a morte de um pai de família pelas mãos de um adolescente num assalto, e que houve a mobilização de um linchamento público, e que foi utilizado então o momento de dor da família para manifestações perversas. É importante gerar o debate e se unir para trabalhar em conjunto com seus pares e haver um fortalecimento. Em seguida, foi entregue as entidades um material contendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). O integrante Otávio também lembrou das discussões do plano municipal de educação, e que realmente concorda com Wagner sobre essa desconstrução dos direitos humanos que é cirurgico. O integrante Allan, que também é membro da comissão de direitos humanos acredita que este Conselho tem papel fundamental na questão didática inclusive de trabalhar algumas questões que a olho as pessoas não acham que é pauta dos direitos humanos, mas que com certeza são. Em sua opinião, propõe transcender para além do senso comum, com uma agenda positiva no que por exemplo as pessoas acham que não se trata de direitos humanos, como por exemplo educação e saúde. A integrante Marisa disse que fica angustiada pois não é só uma questão de vagas, citou a questão da privatização, que há tratamento diferenciada para as crianças de vagas adquiridas pelo poder público, denúncias de crianças amarradas, salas sem ventilação, há uma série de questões que precisam ser tratadas. A integrante Telma acredita que não existe direitos humanos se não tratar de maioria e de minoria conjuntamente, inclusive enquanto tratar da maioria é essencial incluir a minoria, não pode haver essa diferenciação. O integrante Wagner explica que algumas pautas são vinculadas a direitos específicos tidos como minoria, mas que é importante tratar também pautas que envolvem a todos como saúde e educação. O integrante Otávio disse que entende que há pautas que se consegue o apoio da maioria da população, como falta de vagas em creche, qualidade em escola, a gente fala para maioria da população, mas são minorias sociais. Acredita que de minorias sempre terá que ser falado, a questão é que haja um reconhecimento de minoria como sendo minoria e que toque realmente onde dói, contudo para atingir as minorias sociais que não se vem assim e que são as grandes massas. Mas que não se esqueça das especificidades das minorias numéricas também. A integrante Débora explica que a intenção é mostrar que a defesa dos direitos humanos também é moradia, saúde e educação, que não é aquela fala da defesa do "vagabundo", a ideia é que a fala traga essas pautas. Allan explicou que a questão das minorias também tem que entrar num tema maior. Claudemir acredita que os direitos humanos tem que ter um projeto, olhar onde há dor e sofrimento, a gente tem que escancarar as coisas, a lei é assim e deve ser cumprida, me dá medo esses cuidados, pois há pessoas sofrendo as coisas precisam ser feitas. Wagner acredita que as ações não são excludentes, a gente pode visar uma melhora da imagem geral do nosso movimento perante a opinião pública, sem negligências, as ações podem conviver. A integrante Fabiana acredita que não podemos ficar discutindo apenas entre nós mas devemos levar para fora. Telma afirma que quando a gente vai discutir a educação para a sociedade em geral, nós já estamos discutindo a minoria também, pois dentro dessa educação existe as crianças LGBT, o sofrimento de um trans no atendimento dentro do posto de saúde, as duas frentes tem que caminhar juntas. Allan acredita que nem tem duas frentes, mas uma só, eu

acredito que enfrentar esses temas enfrenta interesses mais fortes ainda, como interesses econômicos além de enfrentar o preconceito, acho que tem que ir com tudo mesmo e ir para cima. A integrante Retijane diz que conhece a cidade quando não havia avenida nenhuma. Disse ser filha de sobreviventes da segunda guerra mundial, foram reféns da Gestapo, por isso passou a infância ouvindo essas histórias, e tem esse impeto de lutar contra toda forma de violência. Passou a infância em meio a ditadura, mas acredita que somos todos iguais. Tem 33 anos como advogada, tempo suficiente para desacreditar na maioria das instituições, e diz que está vendo coisas que estão a assustando, e hoje está aqui a pedido da Marisa para representar a ACESA. E que tem um conselho e todos os assuntos para tratar e acredita que o ambiente não é propício, nem mesmo o facebook, então quer declarar como uma cidadã, que é preciso enfrentar com muita inteligência, por que dependendo do que falar você corre o risco até de apanhar e sofrer riscos inclusive de morte. Por isso esse conselho que é uma folha em branco precisa ter sabedoria para agir, e que não quer aturar ignorantes, que a gente tenha uma estruturação inteligente, prudente e que avance lentamente mas avance. Débora acredita que a cultura é totalmente pautada pelo ódio, nessa semana ao dar uma entrevista sentiu que a colocaram em saia justa, pois tem uma ideia anti-carcerária, e por isso acredita que o agressor em relação a violência doméstica também sofre com machismo estruturado, que não contribui para o resgate desse homem, afinal é uma pessoa que tem problemas e que não adianta só prender, afinal como mulher e feminista entendo que as mulheres tem direito, mas o agressor também tem o seu direito. Eu acredito que tem que se construir esse diálogo com a sociedade e mostrar que estamos lutando pelos direitos de todos. A diretora Ketlin que atua como coordenadora da comissão eleitoral fez uma breve linha cronologia da criação do conselho e da organização do fórum, enfatizando os detalhes do edital 001, que foi o condutor de todo o processo eleitoral da noite. Em seguida, faz a leitura das entidades homologadas a participar do pleito: Biblioteca Comunitária Bem Viver, Associação Amigos e Tribos, Associação Cultural, Esportiva, Social e Ambiental (ACESA), Grupo de Mães pela Diversidade, Associação Tecendo Direitos e Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social (PAIS). Em seguida, explica que a entidade COOPEMAR - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Balneário Camboriú teve a sua inscrição indeferida em virtude de não conter nenhuma menção direta ou indireta dos direitos humanos em seu estatuto social, a entidade inclusive foi notificada e pediu-se para que viessem ao fórum para recorrer da decisão e que pudessem explicitar seu interesse em participar, mas a mesma não se fez presente. Mesmo assim, os delegados presentes conhecem o trabalho da entidade e entendem que inclusive é um grupo importante para estar no conselho, trazer a discussão do direito ao trabalho, é um dos temas que a entidade poderá contribuir. Por aprovação unânime, foi então deferido a entrada da Coopemar. Neste sentido, foram então eleitas as sete entidades inscritas: Biblioteca Comunitária Bem Viver, Associação Amigos e Tribos, Associação Cultural, Esportiva, Social e Ambiental (ACESA), Grupo de Mães pela Diversidade, Associação Tecendo Direitos, Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social (PAIS), COOPEMAR - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Balneário Camboriú. A comissão eleitoral então passa agora a competência para conselho, a fim de convocar outras duas entidades para se inscrever na primeira reunião do conselho que será dia 21 de agosto, às 19h, na Casa dos Conselhos, para posse e eleição da mesa diretoria. Nada mais havendo a tratar, eu Ketlin da Rosa, diretora da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida será assinada pelos presentes.

Ketlin da Rosa

Coopemar

Telma A. Issa